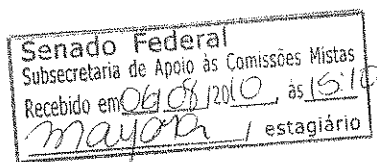




CONGRESSO NACIONAL



MPV-497

00036

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 05/08/10	proposição Medida Provisória nº 497
------------------	--

autor Deputado Odair Cunha (PT/MG)	nº do prontuário
---------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se o art. 22 da Medida Provisória nº 497, de 2010.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem o objetivo de proteger o consumidor brasileiro do aumento de preços de alguns produtos do mercado nacional.

O art. 22 da Medida Provisória nº 497/2010 equipara a produtor ou fabricante, para efeitos da incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, a pessoa jurídica comercial atacadista que adquirir, de pessoa jurídica com a qual mantenha relação de interdependência, produtos por esta produzidos, sob a justificativa de existirem empresas que produzem ou fabricam produtos sujeitos à incidência concentrada da PIS/PASEP e da COFINS e vendem sua produção para empresas comerciais atacadistas, que são controladas ou coligadas pela empresa fabricante, com preços subfaturados. Segundo a Receita Federal, o efeito disso seria a redução da base de cálculo das referidas contribuições, configurando elisão fiscal.

Contudo, o art. 22 que proponho suprimir significaria aumento da carga tributária sobre esses setores e, portanto, elevação dos preços dos produtos. As alíquotas do PIS/Pasep e da Confins seriam majoradas, além da base de calculo dos tributos também ser aumentada.

O Poder Legislativo não deve entender que este seja um momento adequado para este tipo de regulamentação, já que prejudicaria o consumir final que é o cidadão brasileiro. É importante suprimir este artigo já que ele impactará diretamente a formação dos preços de produtos para o consumidor.

PARLAMENTAR

